

As revoluções inglesas

UNIDADE III

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- Compreender a mentalidade religiosa e política presente na Inglaterra do século XVII.
- Estudar os grupos socioculturais e as relações de forças presentes nas revoluções inglesas.
- Refletir a respeito das relações entre política e sociedade.

ROTEIRO DE ESTUDO

- Seção 1 - A Revolução de 1640
- Seção 2 - A Revolução de 1688
- Seção 3 - Política e sociedade

Para início de conversa

Durante o século XVII, ocorreram profundas mudanças socioeconômicas, políticas e culturais na Inglaterra. Em geral, esse momento é denominado de Revolução Inglesa; ou, quando subdividido, é chamado de Revolução Puritana e de Revolução Gloriosa, com seus respectivos marcos cronológicos em 1640 e 1688. Neste texto, pelo valor explicativo, adotaremos a segunda denominação, mas isso não significa que entendemos esse momento revolucionário de forma independente ou isolada de todo um conjunto de mudanças que aconteciam na Europa.

Como assinala Edward P. Thompson, as revoluções da era moderna ocorridas na Inglaterra foram um processo de “longa duração”; com momentos indefiníveis, avanços (1640 e 1688) e retrocessos (1660 – restauração do rei), acabam por estabelecer uma estrutura socioeconômica e política que garante a dominação, primeiramente, de uma burguesia fundiária (*gentry*) que, posteriormente, se alia ao capital comercial e industrial (THOMPSON, 2001).

A interpretação de Christopher Hill buscou demonstrar que não existiram contornos claros durante as revoluções inglesas, como costumamos projetar a partir de concepções posteriores. Havia diversos grupos socioculturais em luta, buscando impor suas concepções políticas, religiosas e econômicas, como os *levellers*, *diggers*, anabatistas, familistas, quacres e muitos outros, além da *gentry* e da alta nobreza inglesa. Isto é, o presente era enevoado e o futuro incerto (HILL, 1987).

Podemos dizer, pois, que as Revoluções inglesas de 1640 e 1688 fazem parte de um processo de “longuíssima duração”, a saber: a instituição das representações de mundo e práticas que hoje denominamos capitalistas. Como já mencionado, esse processo não foi claro e nem irremediável (como querem algumas vertentes marxistas); existiram inúmeras possibilidades “não capitalistas”, práticas e representações religiosas, econômicas, políticas, etc., forjadas por diversos grupos socioculturais, que acabaram sendo “dominadas”.

SEÇÃO 1

A Revolução de 1640

Em 1603 morreu Elizabeth I, último representante da Casa de Tudor que reinou em Inglaterra desde 1485. Tanto o reinado de Elizabeth I, quanto o de seu antecessor e pai Henrique VII, são considerados um período de prosperidade econômica e, principalmente, de harmonia entre o Parlamento e o poder Real. Pelo menos é o que pensava a **gentry***, às vésperas da Revolução de 1640:

Na Inglaterra a *gentry* é a pequena nobreza (*nobilitas minor*) geralmente agrária, empreendedora e protestante, os gentlemen (membros da *gentry*) não possuíam os privilégios jurídicos da alta nobreza, mas dominavam a chamada Câmara dos Comuns

no Parlamento, era necessário ter uma vida “gentil” – isenta de trabalho manual – e ser aprovado pelo Colégio Heráldico para se tornar um gentleman (fidalgo, cavalheiro, gentil-homem).

[...] a *gentry* parlamentar sonhava com uma idade de ouro de harmonia política entre Coroa e Parlamento, e uma política interna e externa de caráter protestante, que ela acreditava ter existido nos velhos bons tempos da rainha Elisabeth e aos quais esperava retornar. (STONE, 2000, p. 104)

Segundo muitos historiadores, foi esse grupo social que mais se beneficiou com a Revolução Inglesa (HILL, 1987; ARRUDA, 1990; ANDERSON, 2004; THOMPSON, 2001). De qualquer forma, a vontade dos *gentlemen* de (re)construir uma época de ouro de caráter religioso, econômico e político favoreceu a queda da monarquia inglesa, mas que época de ouro foi essa que deveria ressurgir?

Os governos Tudor, de certa forma, favoreceram a ascensão política, econômica e religiosa desse grupo de pessoas, pois, como forma de reduzir o poder que a alta nobreza possuía sobre suas regiões, os primeiros Tudor conferiram cargos administrativos nas cidades e nos campos à *gentry*. Quando Henrique VIII rompeu com a Igreja de Roma e confiscou suas terras na Inglaterra, em meio a guerras externas e com os cofres vazios, se pôs a angariar fundos, vendendo essas propriedades eclesiásticas, direta ou indiretamente, para a *gentry*. Além disso, no processo de desenvolvimento da Igreja nacional (Anglicana), a Coroa cedeu ou vendeu a leigos – grande parte membros da *gentry* – o padroado sobre muitos benefícios eclesiásticos, como a nomeação do clero, por exemplo. Destarte, em muitas regiões o rei perdeu o controle sobre sua própria Igreja (STONE, 2000).

Nesse sentido, em um primeiro momento a estratégia dos Tudor atingiu seus objetivos: redução do poder local da alta nobreza e arrecadação de fundos. Porém, em longo prazo fortaleceu imensamente a *gentry*, cuja lealdade dependia do carisma real e sua capacidade de articular as necessidades e aspirações de seus súditos com as do Estado:

Por volta de 1640, a *gentry* não era constituída nem por fiéis seguidores de um conde local, nem por obedientes servidores da facção política que controlava o poder na Corte. Eram cidadãos de pleno direito da nação, homens independentes e com recursos. Eram eles que lotavam as universidades e os *Imms of Courts* [Tribunais do Direito Consuetudinário], que enchiam as fileiras dos Juízes e que na Câmara dos Comuns começavam a predominar sobre outros grupos sociais. Eram uma força a ser levada em conta, e todo governo que contrariasse seus interesses ou afrontasse suas crenças e valores deparar-se-ia certamente com sérios problemas políticos. (STONE, 2000, p. 141).

Entretanto, na Inglaterra do século XVI e XVII, as questões materiais e terrenas, econômicas ou políticas, frívolas ou colossais tinham um fundamento “transcendental”. Da nomeação dos Reis às enchentes sazonais, era melhor que a vontade de Deus fosse cumprida, sendo a Bíblia a principal fonte de Sua palavra (HILL, 2003).

É nessa “atmosfera” que os Tudor se depararam com a Reforma. Buscaram, então, na Igreja Anglicana, articular o conteúdo protestante ao católico, isto é, “um papismo disfarçado, ou algo que não é carne nem peixe” (CECIL *apud* STONE, 2000, p.126). Por um lado, essa atitude satisfez e manteve sob controle seus súditos católicos e protestantes; mas, por outro lado, a incerteza doutrinária e a referida

venda do patronato dificultaram a constituição de uma Igreja nacional sólida (STONE, 2000; HILL, 2003). De qualquer forma, a Reforma gerou pelo menos dois conflitos importantes: em relação à interpretação da Bíblia e ao “direito divino” dos reis.

Durante a Reforma, Lutero deu especial importância para a liberdade de leitura da Bíblia, ou seja, introduziu a noção de que todos tinham o direito e o dever de conhecer a “verdade bíblica”, evitando os desvios criados pela Igreja durante séculos de exclusividade, sobre a interpretação dos textos sagrados. Isto é, “conferira o sacerdócio a todos os fiéis” (HILL, 1987, p. 107). Logo, a Igreja de Roma perdeu seu rígido controle sobre a interpretação bíblica e, conseqüentemente, parte de sua influência política e religiosa sobre a Europa.

Dessa forma, não é de se estranhar que “muitos ingleses do século XVII acreditavam estar em contato direto com Deus, coisa que as autoridades da Igreja e do Estado rejeitavam completamente” (HILL, 2003, p. 92). O absentéismo da Igreja Anglicana, a tradução para o inglês, a impressão e divulgação da Bíblia e dos textos de seus comentadores levaram um grande e diversificado número de ingleses a buscarem outras experiências religiosas e políticas de caráter católico, protestante ou herético radical.

A leitura disseminada da Bíblia favoreceu, também, o questionamento da doutrina do direito divino dos reis. Em linhas gerais, essa doutrina entendia que a autoridade régia era de “direito divino”, os reis haviam sido eleitos por Deus para governar o seu povo. A sua realeza era absoluta, independente de qualquer poder ou autoridade da terra e só perante Deus eles teriam que prestar contas do modo como exerceram o seu poder. Já no século XVI, o texto dos Salmos 105:14-15, “não toqueis nos meus unguentos”, foi interpretado por alguns estudiosos como “não toque àqueles que Eu santifiquei para serem Meu povo”, ou seja, essas palavras serviam para repreender os reis. Em 1642, durante a Guerra Civil, panfletos anônimos diziam que essas palavras fariam com que “a monarquia se transformasse em democracia e eram repetidas para o povo, como se somente eles fossem sagrados e mais ninguém”. (HILL, 2003, p. 94).

Nesse sentido, a Bíblia de Genebra exaltava a submissão pela consciência. Isto é, “enquanto se tratar de algo legal nos é permitido: para tudo aquilo de ilegal que nos for ordenado, devemos responder como ensinou São Pedro, é melhor obedecer a Deus do que aos homens” (apud HILL, 2003, p. 95). Destarte, a incontestabilidade da realeza cai por terra, suas ordens ficam submetidas à consciência individual. Entretanto, adverte Hill: “A ênfase na interpretação individual não deve ser confundida com um individualismo absoluto. Era na congregação dos fiéis que tais interpretações se viam testadas e aprovadas”. (HILL, 1987, p. 107). Em relação a questões econômicas, a congregação de Thomas Beard, da qual fazia parte o jovem Oliver Cromwell, pregava: “Não é justo nem pela Lei de Deus nem pela dos homens’ que os reis taxem ‘além do possível” (HILL, 2003, p.100); o “possível” era determinado pelo acordo entre as “consciências da congregação”.

Durante o reinado de Elizabeth I, os conflitos religiosos foram contidos, mas se difundiu na Inglaterra uma interpretação bíblica de caráter protestante (presbiteriano e puritano). Não que fosse unânime perante os ingleses ou da vontade da Coroa e da Igreja Anglicana. Principalmente, não fazia parte da representação de mundo e de futuro presente na mentalidade dos Stuart e de seus auxiliares:

[...] Carlos I e seus autoritários partidários, olhavam para o passado, para os reinados dos ricos e fortes Henrique II, Eduardo I, ou Henrique VIII, quando os poderes do executivo estavam no seu ápice. Laud pensava com inveja na riquíssima Igreja tardo medieval, politicamente poderosa e socialmente bem relacionada, enquanto Carlos I e alguns de seus conselheiros sonhavam restaurar um passado antediluviano, quando a hierarquia social era mínima e cada qual sabia o lugar que lhe correspondia. (STONE, 2000, p.104-105).

Em 1603, quando Jaime Stuart assumiu o trono inglês, encontrou algo muito diferente do passado imaginado por Carlos I e edificado a partir da doutrina do “direito divino” dos reis. Os cofres da Coroa estavam vazios, as propriedades eclesiásticas confiscadas da Igreja de Roma, em vez de serem conservadas e exploradas, foram vendidas e seus lucros consumidos em guerras externas e conflitos internos; diversos monopólios – como do alume – foram perdidos em sentenças desfavoráveis, proferidas pelos juízes dos tribunais consuetudinários¹. Assim, as finanças da Coroa dependiam de uma importante função do Parlamento inglês, votar os impostos (STONE, 2000).

O rei não tinha a sua disposição um aparato administrativo eficiente e subordinado, ou seja, a administração do reino estava nas mãos, geralmente, da *gentry*, que não recebia pelo encargo e dispunha de considerável independência simbólica e material em relação à Coroa. O Parlamento era formado pela Câmara dos Lordes, composta pela alta nobreza, geralmente realista e católica, e pela Câmara dos Comuns, composta pelos proprietários rurais, a *gentry*, geralmente parlamentarista e protestante - presbiterianos e puritanos. Principalmente em relação aos impostos, era preciso o consenso entre o rei e ambas as Câmaras. Como todos possuíam idêntico poder de veto, por diversas vezes a vontade do rei era freada ou bloqueada pelo Parlamento (ARRUDA, 1990).

Durante a dinastia Tudor, membros do governo consideraram a possibilidade de criar um grande exército permanente, mas as condições financeiras não permitiram. Destarte, a Coroa dependia da milícia local – pequena em volume, mal treinada e mal armada – ou, em casos extremos, da convocação das forças tradicionais – da alta nobreza, que há tempos vinha se dissociando da função militar e se dedicando a atividades comerciais (ANDERSON, 2004) –, ou de exércitos mercenários. Isto é, “Os reis Tudor e Stuart não tinham a mínima possibilidade de lançar uma ofensiva em grande escala contra rebeldes internos sem o suporte militar voluntário dos seus próprios súditos”. (STONE, 1990, p. 122).

Talvez, o pior dos “pesadelos” de Carlos I, tenha sido a desestruturação da hierarquia social. Na sociedade feudal não existiam homens sem senhor, sua essência era hierárquica e estável, seu fundamento era a lealdade e a dependência do servo ao senhor. Porém, lembra Hill:

É claro que a realidade jamais correspondeu a este modelo, e pelo século XVI a sociedade estava-se tornando relativamente móvel: não eram mais foragidos da lei homens sem senhor, porém existiam em números alarmantes [...] trinta mil só em Londres, segundo uma suposição menos cuidadosa, de 1602. (HILL, 1987, p. 55).

¹ Os tribunais do “direito consuetudinário” (*common law*) – controlados especialmente pela *gentry* – eram responsáveis por enunciar as tradições e os costumes oralmente, defendendo as antigas liberdades; em oposição ao “direito romano” escrito e controlado mormente pela Coroa (HILL, 1987, p. 32).

Entre esses homens sem senhor estão os vagabundos, mendigos e ladrões que perambulavam pelos campos e pelas cidades – especialmente Londres – em busca de ganhos fáceis e, segundo o comentário da Bíblia de Genebra, “à disposição de quem lhes pagar para cometer qualquer crime” (HILL, 1987, p. 55). Outro tipo de homens sem senhor eram aqueles que formavam as diferentes seitas protestantes – predominantes nas cidades – formadas por pequenos artesões, aprendizes, trabalhadores temporários, etc. O elo que os unia era a completa independência em relação a qualquer senhor terreno e a aceitação da soberania de Deus: “Quem teme a Deus está livre de qualquer outro temor; não teme homens de alto escalão” (DELL *apud* HILL, 1987, p. 59).

Por fim, temos os homens idealizados nas histórias de Robin Hood, “os camponeses pobres (*cottager*) e os ocupantes ilegais (*squatters*) dos terrenos comunais, áreas incultas (*wastes*) e florestas” (HILL, 1987, p. 59). Eram as populações que viviam “fora da vista, fora da escravidão” (WINSTALEY *apud* HILL, 1987, p.63), livres do controle do pároco e do fidalgo, e de seus apêndices como os artesões itinerantes, carroceiros e intermediários comerciais em geral: “Essa gente vive sem lei, sem ninguém para governá-la; ela não se importa com ninguém, pois não depende de ninguém” (AUBREY *apud* HILL, 1987, p. 63).

Os esforços reais, da alta nobreza e mesmo da gentry, para controlar as “massas móveis” da sociedade inglesa foram infrutíferos*. Esses homens, em um ambiente espiritual e político favorável, se transformavam em elementos subversivos da ordem, separatistas religiosos, pregadores itinerantes, disseminadores de idéias radicais, e podiam até pegar em armas e se oporem igualmente a realistas e parlamentaristas (HILL, 1987).

* Os cercamentos (*enclosures*) – privatização das terras comunais que muito beneficiou a gentry –, as drenagens dos pântanos, os desmatamentos e a ampliação dos controles sobre as florestas (todas de propriedade real, segundo as leis inglesas da época), apesar das alegações em contrário de Jaime I e de alguns estudiosos – que diziam beneficiar os pobres –, provocaram a destruição do estilo de vida e desconsideraram todos os direitos da plebe. Destarte, ampliaram o número de “homens sem senhor” e o ódio da plebe pelos grupos governantes (HILL, 1987, p. 37, 67, 68, *passim*).

Há tempos existia uma grande hostilidade entre a plebe e os grupos dominantes, que foi exacerbada entre os anos de 1620 a 1650. Homens do povo ameaçavam “fazer os fidalgos em pedaços” (PLEBEU *apud* HILL, 1987, p.39), blasfemavam contra a realeza: “O diabo carregue o rei e seu monte de convencidos” (YORKSHIRE *apud* HILL, 1987, p.38), e não entendiam a razão de uns terem tanto e outros pouco, devido à nascença e à descendência (HILL, 1987, p. 36-42).

Essa hostilidade também era expressa contra o clero e a religião oficial; entre os plebeus era tradicional e comum encontrar aqueles que diziam: “Se um bezerro estivesse sobre o altar, eu preferiria adorá-lo do que [...] ao santo sacramento [...]. Passou o tempo em que Deus decidiu estar presente em forma de pão” (Homem de Wakefield em 1512 *apud* HILL, 1987, p. 42). A religião oficial já não atendia – se é que um dia atendeu – os desígnios de Deus, e o clero era inútil e corrupto: “No campo corria um dito [...] segundo o qual um homem poderia alçar o seu coração e confessar-se a Deus Todo-Poderoso, e não precisava confessar-se com um padre” (Homem de Yorkshire em 1542 *apud* HILL, 1987, p. 43). Dizia-se, ainda, que qualquer homem deveria tomar cuidado quando confessasse a um sacerdote os pecados cometidos com uma mulher, pois “em três ou quatro dias o padre estaria pronto para usá-la como ele a usou” (Tosquiador de Dewsbury *apud* HILL, 1987,

p. 43). Sob o reinado de Elizabeth e dos Stuart houve muitos casos semelhantes, de “gente negando a ressurreição, a existência de Deus [...] ou a do diabo; ou afirmando que todas as coisas vêm da natureza”. (HILL, 1987, p. 43).

É nesse contexto que os Stuarts sobem ao trono e tentam concretizar seu sonho absolutista. Desvirtuam a política do Rei no Parlamento – articulada pelos Tudor, mais pelas condições históricas do que por sua vontade –, opondo-se principalmente à Câmara dos Comuns; aliam-se a países católicos e tradicionalmente inimigos da Inglaterra, como a Espanha; expulsam os protestantes da Igreja Anglicana, que ganha cada vez mais o feitiço da Igreja Romana; impõem formas de organização episcopal à Igreja presbiteriana escocesa; para agradar a alta nobreza, operam gastos exorbitantes; e para ampliar suas rendas sem o apoio do Parlamento, se utilizam de velhas leis e costumes. Todas essas atitudes foram extremamente impopulares e fizeram com que vários setores da sociedade, mormente a plebe e a *gentry*, ficassem contra a monarquia (ARRUDA, 1990; HILL, 1987).

A política Stuart foi praticável em tempo de paz, mas em 1640, sem exército e vendo o norte da Inglaterra sendo invadido por um exército escocês, Carlos I foi obrigado a convocar o Parlamento em busca de recursos. Logo, o Parlamento exige reformas e retribuição pelas vexações; indignado com as exigências, em três semanas o rei dissolve o chamado Parlamento Curto. Em desesperada necessidade, reconvoça o Parlamento ainda em 1640; esse é o chamado Longo Parlamento, que dá início à Revolução Puritana de 1640 e ordena mudanças no Estado e nas leis². Segundo Lawrence Stone:

É absolutamente certo que a *gentry* e a nobreza rurais, que se reuniram em 1640, em *Westminster*, eram reformadoras e não revolucionárias. Não tinham qualquer intenção de alterar a estrutura social, e embora desejassem fazer mudanças de grande alcance nos organismos essenciais da Igreja e do Estado, estavam bem longe de planejar a derrubada as instituições estabelecidas. Em 1640, ninguém sonhava com a abolição da monarquia ou da Câmara dos Lordes, e apenas uma minoria esperava abolir o episcopado ou os dízimos. Noções de democracia participativa estavam começando entre as congregações puritanas mais radicais, mas ninguém na elite via isso como algo mais do que uma pequena nuvem no horizonte distante. (STONE, 2000, p. 105).

Os puritanos, provavelmente os mais radicais do Parlamento, estavam interessados no retorno do que acreditavam ser o estado primitivo da Igreja cristã, sem os acréscimos pecaminosos da Igreja Romana; e da sociedade imaculada, sem representações teatrais, fofocas e cabelos cumpridos. Acreditavam que “Deus estava deixando a Inglaterra”, porque a nação não mais se fazia merecedora de sua confiança e ajuda” (HILL, 2003, p. 104). Resultado da inaptidão real e de um complô do papado contra a independência da Inglaterra, essa crença levou puritanos e ingleses em geral a emigrarem para a Nova Inglaterra, na década de 1620 (STONE, 2000; HILL, 2003).

Em 1642, Carlos I decide resistir e começa o contra-ataque; junto com os realistas do Parlamento se retira para Oxford, organiza o exército real e tem início a Guerra Civil. Como de costume, o conde de Manchester e outros oficiais da nobreza lideram o exército do Parlamento, mas a sua inaptidão militar fica clara com as sucessivas derrotas. Diante disso, Oliver Cromwell – cidadão com fama de incorruptível, puritano, membro da *gentry*, eleito para o Parlamento pelo condado de Cambridge – fica responsável por organizar o Exército de Novo Tipo (*New Model Army*), que revoluciona por excluir do comando a nobreza e

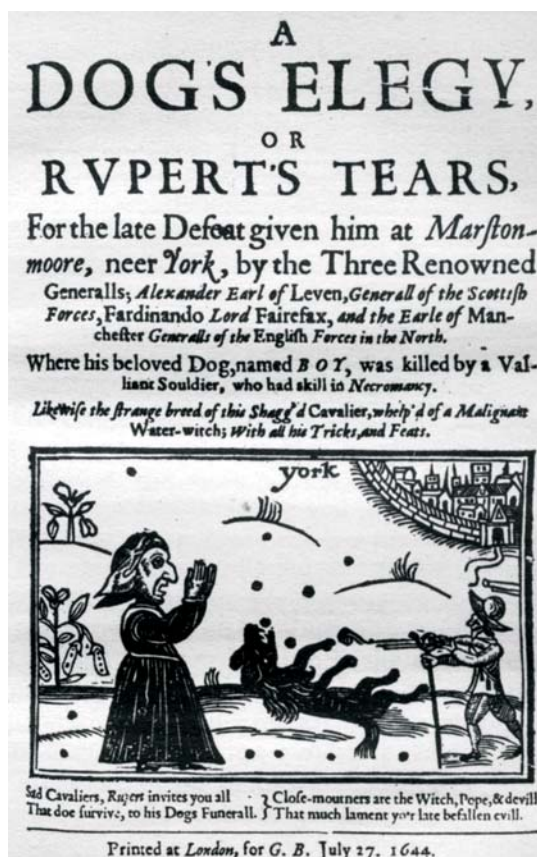
² Entre essas mudanças estavam a abolição das assessorias reais – Câmara Estrelada, Corte de Alta Comissão, Tribunais Eclesiásticos, etc. –, a convocação regular do Parlamento, as políticas tributária e religiosa controladas pelo Parlamento e a proibição da existência de exército permanente sob controle dos reis (ARRUDA, 1990, p. 74).

instituir como principal critério de ascensão na linha de comando o valor e o mérito dos soldados (ARRUDA, 1990). As forças realistas foram logo derrotadas, a Câmara dos Lordes foi abolida e todos os elementos do Parlamento favoráveis ao rei – que eram, em sua maioria, presbiterianos – foram expulsos, formando-se assim o “Parlamento Toco” (*Rump Parliament*). Após julgamento, Carlos I foi decapitado por traição ao seu povo, em 30 de janeiro de 1649.

No dia 7 de fevereiro de 1649, a Câmara dos Comuns emitiu o seguinte comunicado: “Ficou provado pela experiência que a função do Rei neste país é inútil, onerosa e um perigo para a liberdade, a segurança e o bem estar do povo; por isso, de hoje em diante, tal função fica abolida” (apud ARRUDA, 1990, p. 81); em maio do mesmo ano foi proclamada a República. Entretanto, a “caixa de pandora” estava aberta, há muito a “força da multidão” tinha sido evocada e paralisá-la era uma árdua tarefa.

SEÇÃO 2

A Revolução de 1688



Fonte: ARRUDA, 1990, p. 75.

A imagem é de um panfleto de 1644, que satiriza a morte do cachorro poodle, denominado Boy, de propriedade do príncipe Rupert – comandante do exército realista. Segundo os puritanos, o cachorro encarnava o espírito do mal, de forma que o valente soldado que o matou possuía “habilidade em necromancia”. Nesse panfleto fica expresso o invólucro religioso das hostilidades entre realistas e puritanos, bem como a desmistificação da realeza: o rei e seus pares nobres já não eram a representação terrena das divindades celestiais, mas seu oposto; “o mundo estava de ponta-cabeça”.

No decorrer da Revolução Puritana, a plebe não se voltou apenas contra a Coroa e a alta nobreza, o Parlamento e todas as instituições também se tornaram alvo da gente “mesquinha”. Quando o Longo Parlamento se viu frente a um rei que não aceitava suas reivindicações, foi obrigado a apelar para plebe; nos momentos de crise, a multidão “desabava sobre Londres”. A imprensa possibilitou a publicação dos discursos importantes do Parlamento, que eram lidos e discutidos com exaltação nas tavernas e cervejarias. Ainda, as petições de apoio ao Parlamento e as novas leis circularam intensamente pelos condados, as pessoas comuns as debatiam e assinavam. Essas práticas favoreceram a introdução da plebe nos debates políticos do período (HILL, 1987).

Os membros do Parlamento, a realeza, os grupos dominantes em geral conheciam os riscos de apelar para a “gente mesquinha”, suas falas revelam que essa atitude seria um último e perigoso recurso. Prestwich, em outubro de 1642, afirmava: “As feições dos homens estão tão alteradas, especialmente dos grupos médios e mesquinhos, que bastaria mexer numa palha para pôr em chamas um condado inteiro e ocasionar o saque da casa ou dos bens de qualquer homem” (*apud* HILL, 1987, p. 40). Sir John Potts, em agosto de 1642, demonstrava preocupação semelhante: “Sempre que a necessidade nos forçar a usar a multidão, não me sentirei capaz de prometer segurança a mim mesmo” (*apud* HILL, 1987, p. 40). Às vésperas da Guerra Civil, Carlos I advertiu o Parlamento quanto ao perigo de permitir ao povo proclamar suas pretensões (HILL, 1987).

Quando começou a Guerra Civil, imediatamente eclodiram rebeliões populares em vários condados, a preocupação com a “gente mesquinha” se tornou real. O que ninguém esperava era o surgimento dos “agitadores oficiais”, um agrupamento de homens sem senhores, bem armados e treinados, motivados politicamente. Composto por uma amostra bastante representativa da plebe inglesa, esse agrupamento foi denominado Exército de Novo Tipo.

Depois de muitas reviravoltas, em 1647, a situação do Exército de Novo Tipo era a seguinte: os soldados rasos haviam elegido dois representantes por regimento para compor o Conselho do Exército, pagavam contribuições para financiar sua organização, tinham uma estreita relação com grupos civis de quase toda a Inglaterra, possuíam uma editora própria – do leveller John Harris – e redigiam petições de caráter político e militar (HILL, 1987).

O Exército havia atravessado o país “misturando populações”, seus membros ascendiam socialmente e apreendiam diferentes costumes e pensamentos. Tornaram-se pregadores de idéias radicais, tais como: “o interesse do povo no reino de Cristo não é apenas um interesse de [...] submissão, porém de consulta, de discussão, de aconselhamento, profetização e voto” (John Saltmarsh, 1646 *apud* HILL, 1987, p. 73-74), ou “esses que são chamados ministros’ não tinham ‘maior autoridade para pregar em público do que qualquer outro indivíduo cristão que tenha recebido o dom” (William Erbery, 1646 *apud* HILL, 1987, p. 74). Ainda, muitos membros da soldadesca questionavam a propriedade da terra e profetizavam o dia em que haveria um limite para a área de terra que caberia a cada proprietário (HILL, 1987).

Assim, a partir de 1647, os *Levellers* (Niveladores) londrinos, uma espécie de partido político formado por pequenos produtores, viram a possibilidade – já iniciada espontaneamente – e a necessidade de se “unificarem ao exército” para concretizar seus “sonhos de futuro”. Ou seja, foi na “organização democrática” do Exército que as idéias dos *Levellers* tornaram-se praticáveis. Suas vontades foram expressas no Acordo do Povo (*Agreement of the People*), um contrato social *leveller* discutido entre os oficiais e os soldados do Exército e “conformado” por um de seus líderes, Lillburne. Esse Acordo propunha

[...] o comércio livre para os pequenos produtores; a extinção dos monopólios; a separação entre a Igreja e o Estado; a abolição dos dízimos eclesiásticos, com indenização; proteção à pequena propriedade; a reforma da lei dos débitos, proibindo-se o aprisionamento por dívida; o sufrágio universal masculino, proposta radical do Coronel Rainborowe, amenizado pelo grupo de Lillburne para o voto familiar, com exclusão dos criados, pedintes e assalariados. Propunham também o fim do cercamento [...], dando ao seu projeto político um amplo espectro social e, apesar de não se dirigir à classe dos pobres sem propriedades, o projeto dos *Niveladores* [*Levellers*] ficava bem perto de suas aspirações. (ARRUDA, 1990, p. 80-81).

Contudo, o Acordo do Povo não foi unânime entre os soldados rasos e favoreceu ainda mais a desunião deles, que já se manifestava havia algum tempo. Os Grandes do Exército (oficiais superiores) se aproveitaram da situação para restaurar a hierarquia e a disciplina, os representantes da soldadesca foram afastados do Conselho do Exército, alguns líderes radicais foram executados ou presos por motim, os últimos regimentos revoltosos foram massacrados em 1649. Dessa forma, foi destruído o “sonho leveller”, nas palavras de Oliver Cromwell: “gente que não temos por que recear” (apud HILL, 1987, p. 83).

Os *Diggers* ou *True Levellers* (Escavadores ou Niveladores Verdadeiros) foi um movimento formado principalmente por camponeses expropriados, artesões e comerciantes pobres e dissidentes dos *Levellers*. Liderados por Gerrard Winstanley, eram pacifistas e sonhavam com uma Inglaterra organizada em cooperativas agrárias, nas quais todos os bens seriam comunitários. A partir de 1649, buscaram efetivar suas propostas; chegaram a formar cerca de doze colônias espalhadas pela região sul e central da Inglaterra, mas foram desarticulados pelas tropas governamentais ainda em 1649 (ARRUDA, 1990).

Certamente, havia no pensamento dos *Levellers* e dos *Diggers* a mais poderosa força motivadora dos homens da época, isto é, a religião. Nas palavras de John Selden: “Se os homens dissessem que pegaram em armas por qualquer coisa que não fosse a religião, poderiam ser dissuadidos de seu intento pela razão; mas da religião não há como dissuadi-los, porque não acreditarão numa palavra só do que vós lhes disserdes” (apud HILL, 1987, p. 49). Contudo, é nas “seitas ou religiões radicais” que o conteúdo religioso se manifesta mais claramente.

É o caso dos anabatistas, separatistas e familistas, grupos difíceis de definir até para seus contemporâneos; muitas vezes esses títulos eram utilizados de forma pejorativa, para nomear aqueles que iam contra a ordem social, religiosa e política. No entanto, podemos dizer que os anabatistas se caracterizavam por rejeitarem o batizado de crianças, uma vez que a aceitação do batismo deveria ser um ato voluntário de um adulto; propunham a formação de congregações religiosas; se opunham ao pagamento de dízimo; e defendiam o igualitarismo, alegando que não existiam diferenças entre senhores e servidores. Ainda, muitos deles rejeitavam prestar juramentos em cerimônias religiosas para fins judiciais ou seculares, se opunham à guerra e ao serviço militar e negavam o direito à propriedade.

Os separatistas defendiam a eleição dos ministros pelas congregações, o pagamento voluntário de dízimos, a tolerância com todas as seitas protestantes, o fim de todas as formas de jurisdição e censura eclesiástica, e de outras práticas que levariam ao desmoronamento da Igreja nacional.

Os familistas eram os seguidores das idéias de Henry Niclaes, divulgadas na Inglaterra por Christopher Vittels, um marceneiro itinerante. Acreditavam que as

pessoas podiam resgatar aqui na terra a pureza e a inocência existentes no Paraíso antes da “Queda”, defendiam a propriedade coletiva e afirmavam que somente o fiel abençoado pelo espírito de Deus compreende corretamente as Escrituras. Em suma, era um credo leigo e anticlerical (HILL, 1987).

Existiam, ainda, as seitas que se destacavam por serem extremistas ou por terem propostas políticas mais acabadas. Essas seitas floresceram na década de 1650, formadas por antigos *Levellers* ou *Diggers*; eram os *Ranters*, *Seekers* e *Quakers*. Podem ser definidas da seguinte forma:

Todas as seitas tinham em comum a rejeição do pecado e do inferno, e a ética protestante, que era central nos ensinamentos calvinistas. Os *Ranters* formavam o grupo mais extremista, chegando a rejeitar a Deus e a imortalidade. Pregavam uma relativa liberdade sexual, extremamente avançada para os meados do século XVII, pregando mesmo o pecado com uma forma de libertação. Recrutados principalmente entre os jovens aprendizes de Londres, chegavam a condenar os ricos em suas pregações. Para alguns autores os *Ranters* tinham uma postura ‘proletária’. C. Hill sugere que os *Ranters* e os *Seekers* tinham uma mensagem específica pra os aprendizes dos ofícios urbanos, ressentidos com o excesso de autoritarismo das corporações. (ARRUDA, 1990, p. 85).

Independentemente das diferenças existentes entre aqueles que constituíam a plebe, com suas maneiras de ver o mundo e suas práticas, buscava-se inverter a ordem da sociedade inglesa da época. Como em um carnaval, entre os anos de 1640 e 1688, a “gente mesquinha” buscou se apossar do trono real e do Parlamento, ou simplesmente destruir todos. Em síntese, o Exército de “Novo Tipo foi o fósforo que ateou fogo à pólvora. Porém, uma vez acesa esta, verificou-se que havia grande quantidade de material combustível nas proximidades” (HILL, 1987, p. 97).

Dessa forma, a jovem República inglesa estava ameaçada por todos os lados. Em 20 de abril de 1653, Cromwell – por necessidade ou oportunismo – dissolve o “Parlamento Toco”, criando uma Assembléia de seus partidários (*Barebone Parliament*). Esta lhe dá o título de Lorde Protetor (*Lord Protector*) e elabora uma constituição bastante radical para a época. Algumas de suas propostas eram: “ensino gratuito, liberdade de imprensa, voto secreto, voto feminino, porém censitário [200 libras de renda] e um único Parlamento para a Irlanda, Escócia e Inglaterra” (ARRUDA, 1990, p. 86).

Com a morte de Oliver Cromwell, em 1658, e a aparente ineficiência da República em conter as ameaças da “multidão mesquinha”, surgiu a possibilidade dos setores mais conservadores – formados principalmente pela gentry presbiteriana – e dos realistas restabelecerem a monarquia. Assim, o General Monck, ex-realista que governava a Escócia, apoiado por esses conservadores e com um exército depurado de elementos politizados, instaurou em 1660 uma monarquia limitada por uma complexa legislação, na figura de Carlos II. Em um ato simbólico de destruição da República, o corpo de Oliver Cromwell foi exumado, enforcado e decapitado em praça pública.

Durante o reinado de Carlos II, a monarquia se manteve obediente e estável. Porém, seu sucessor Jaime II buscou reeditar o sonho absolutista e católico de Carlos I. Dessa vez, os grupos dominantes estavam bem articulados; em uma “manobra cirúrgica” afastaram o rei, mas mantiveram a monarquia na figura de Guilherme de Orange – holandês, protestante, casado com Maria, filha de Jaime II –, evitando, dessa maneira, convulsões sociais, radicalizações democratizantes e derramamento de sangue. Esse “golpe de Estado” ficou conhecido como Revolução Gloriosa de 1688 (ARRUDA, 1990).

Por fim, foi elaborada a Declaração de Direitos (*Bill of Rights*), que decretava que as leis parlamentares eram incontestáveis. Entre outras medidas que limitavam enormemente os “sonhos absolutistas”, destacam-se as seguintes: caberia ao Parlamento decidir o sucessor após a morte do rei e, também, votar o orçamento anual; haveria, em datas previamente estabelecidas, reuniões parlamentares e eleições regulares; inspetores deveriam controlar as contas reais; seria ilegal a manutenção de um exército em tempo de paz.

SEÇÃO 3

Política e sociedade

Durante o século XX, muitos debates foram travados a respeito da Revolução Inglesa, e um dos temas debatidos foi sua “natureza revolucionária”. Já se argumentou que as atividades mentais e materiais dos grupos socioculturais da época buscavam um retorno a uma época de ouro, a um passado imaginário. Isso se opõe a uma noção de revolução que, para se concretizar, necessita da introdução de um “elemento novo” nas práticas e representações sociais.

Hoje em dia, já não se encontram argumentos para contrariar a característica revolucionária da Inglaterra do século XVII. Mesmo a introdução de um “elemento novo” deve ser pensada no contexto do período e está claro que durante a Revolução Inglesa ocorreu uma profunda reorganização social, política e cultural, acompanhada por uma enorme atividade mental – entre 1640 e 1661 foram publicados mais de 22.000 panfletos, discursos, sermões e jornais – e material. Durante esses anos, uma expressiva e diversificada parcela da sociedade inglesa “praticou política” e alterou suas instituições (STONE, 2000, p. 102-105).

Na tradição marxista, ocorreram inúmeras comparações entre as Revoluções Inglesa, Francesa, Russa e outras da “Era Moderna e Contemporânea”. Como mencionado anteriormente, Thompson – e parte da Nova Esquerda inglesa – descarta o “modelo de interpretação”, presente na tradição marxista-leninista e fundado na Revolução Francesa, como um modelo eficiente para se compreender a Revolução Inglesa. Parte do problema está na descontinuidade do processo revolucionário inglês, com avanços e retrocessos que não ocorrem em outras revoluções. Outra parte está na concepção de política presente na vertente marxista-leninista, que relega a um segundo plano toda a efervescência popular do período, atribuindo-lhe o estatuto de práticas espontaneístas, pré-políticas, reacionárias ou arcaicas (THOMPSON, 2001).

Segundo uma vertente da concepção materialista da história – representada em especial por Lênin – as classes trabalhadoras, em sua acepção objetiva, existem desde as sociedades arcaicas que romperam com as relações de parentesco. Entretanto, a consciência de classe é um fenômeno da era industrial moderna, ou seja, somente com o desenvolvimento do capitalismo os trabalhadores começam a adquirir consciência de si próprios e produzem movimentos sociais genuinamente políticos e coesos.

Diante disso, as classes trabalhadoras provenientes das sociedades arcaicas, ao adentrarem as sociedades modernas – por vontade própria ou por coerção –, tendem a apresentar uma consciência de classe indeterminada, ambígua e/ou conservadora.

Gradativamente, já participando das sociedades modernas, essas classes trabalhadoras começam a se formar como classe consciente de si própria. Apesar de esse ser um momento importante à constituição de práticas revolucionárias é, também, um momento propício à proliferação de ideologias e movimentos sociais, pré-políticos ou primitivos (HOBSBAWM, 1970).

Destarte, *levellers*, *diggers*, anabatistas, familistas, quacres – a plebe em geral – estavam desde sempre fadados ao fracasso político, já que não estavam “maduros” para participarem e/ou compreenderem a instância política formal, local efetivo de transformação social, “cristalização” de práticas socioeconômicas e culturais. A “inconsciência” seria, em parte, culpa do acanhado desenvolvimento capitalista – das forças produtivas – do período.



Fonte: www.imagens.google.com.br

A imagem retrata o Parlamento inglês no século XVII: essa é a instância política formal de que fala a vertente marxista-leninista. Nela podemos perceber representantes da realeza, do clero, da alta nobreza e da *gentry*; a plebe e seus distintos grupos socioculturais não possuem representantes – quando possuem é uma minoria. Advém daí a dificuldade ou mesmo impossibilidade de concretizarem suas representações de mundo, o futuro utópico do país da Cocanha.

Para Thompson, as classes (ou os grupos) sociais devem ser compreendidas por meio de evidências históricas tratadas, isto é, o historiador deve iniciar sua análise pelos dados empíricos e, posteriormente, organizá-los por meio da teoria. Dessa maneira, a classe é expressa como uma “categoria histórica”, em oposição à parte da tradição marxista (especialmente leninista), que muitas vezes define as classes por meio de um modelo ideal – que precede as evidências históricas – e medidas quantitativas, produzindo uma noção de classe como “categoria estática”.

A noção de classe como “categoria histórica” manifesta dois sentidos distintos: O primeiro atribui à classe um conteúdo histórico real, presente apenas nas sociedades capitalistas, nas quais as classes se reconhecem como classes, com interesses opostos e em luta entre si. O segundo considera a classe como categoria heurística capaz de

organizar evidências históricas que não possuem correspondência direta com o termo, ou seja, como categoria alternativa de explicação do processo histórico universal que abarca o conflito entre “grupos humanos” em sociedades pré-capitalistas onde esses grupos não se reconhecem como classe (THOMPSON, 1989).

Destarte, é por meio da noção de classe como “categoria histórica e heurística” que é possível compreender a ação da plebe durante a Revolução Inglesa. A “gente mesquinha” não necessitava de uma identidade política formal para mudar o curso da política inglesa, bastava possuir uma identidade cultural e práticas sociais que se opõem às dos grupos dominantes:

Uma plebe, sem dúvida, não é uma classe operária. Seria necessário para isso que ela desse de si mesma uma definição consistente, que tivesse uma consciência de classe afirmada, objetivos claros, uma organização de classe estruturada. Mas a presença política da plebe, do “populacho” ou da multidão é evidente. Ela pesava sobre a alta política em um certo número de ocasiões [...]. (THOMPSON, 2001, p. 219).

No século XVII, a religião ou a irreligião era um fator significativo na constituição da identidade cultural dos grupos sociais. As “facções” da plebe e os grupos dominantes podiam ser definidos por meio de suas concepções religiosas. Muitas vezes a Bíblia – ou sua negação – foi usada como arma dos grupos heréticos, os quais evocavam suas palavras para atestar a verdade e a incontestabilidade de suas ideias políticas, econômicas e, muitas vezes, revolucionárias (HILL, 2003). Como assinala Christopher Hill:

No século XVII, a Bíblia era aceita como elemento central a todas as esferas da vida intelectual: não era aceita como um livro ‘religioso’, no sentido moderno e restrito da palavra religião. A Igreja e o Estado na Inglaterra dos Tudor [e dos Stuart] eram um só; a Bíblia era, ou deveria ser, o fundamento de todos os aspectos da cultura inglesa. (HILL, 2003, p. 28).

Dessa forma, a religião e a política – Igreja e Estado – se completam, uma dá significado à outra. Como se viu anteriormente, a corte real é a representação da corte divina. Quando um anabatista defendia a aceitação do batismo, subvertia a Igreja nacional e a política oficial; quando um familista afirmava que só o espírito de Deus presente no fiel é capaz de compreender a Escritura, ou quando um separatista defendia a eleição dos ministros pela congregação, eliminavam a necessidade do clero oficial e, conseqüentemente, da estrutura hierárquica do Estado. Todos, por meio de “instâncias políticas informais”, questionavam a própria organização política do Estado inglês.

Algo semelhante pode ter ocorrido a respeito da história da classe operária, pois a industrialização sintetiza um campo cultural dentro de uma sociedade. Constitui-se, assim, um saber a respeito da fábrica e, também, métodos para a imposição desse saber. Na base desse campo cultural estariam a economia política, o taylorismo, o industrialismo, o fordismo, etc., que tanto produzem um saber como mecanismos de coerção que atuam sobre a organização da vida e do trabalho (DECCA, 1983).

Assim, a fábrica – como foi a Igreja – é o centro de um saber e de uma prática que cria uma organização dos corpos, do espaço e do tempo e retira do trabalhador – como a Igreja retirou do fiel – o seu próprio saber sobre o processo de trabalho, sobre a religião. O taylorismo, por exemplo, é uma forma de organização do processo de trabalho que despolitiza a fábrica. O questionamento da organização do processo de trabalho, por parte do trabalhador – por meio da destruição de máquinas, operação tartaruga, organização de

comissões de fábrica –, busca politizar a fábrica, tornando-a um local de conflito e de luta operária, fora da instância política formal dos sindicatos e do partido.

Enfim, para compreender a relação entre política e sociedade, os historiadores devem estar atentos às distintas formas como os diferentes grupos socioculturais participam da política, seja por meio das instâncias políticas formais (Parlamento, Assembleias, sindicatos e partidos) ou informais (seitas radicais, comissões de fábrica, etc.), bem como devem estar atentos às mudanças históricas do campo político. No século XVI, a política era homóloga à religião; atualmente, poderíamos dizer que é homóloga às ciências?



Síntese

Nesta unidade estudamos as revoluções ocorridas na Inglaterra do século XVII, demos ênfase à forma como os diferentes grupos sociais entendiam o mundo e projetavam o futuro. Foi por meio da luta travada entre realistas, parlamentaristas, radicais, etc. que a sociedade inglesa se modificou. Não foi o desenvolvimento das forças produtivas que gerou as mudanças socioculturais, mas as vontades e as práticas dos diversos grupos em oposição, que “conformaram” a Inglaterra de 1688.

Ainda, pudemos refletir a respeito das diferentes formas ou instâncias políticas, verificando que não é necessariamente por meio de um “partido”, presente no Parlamento, que a plebe vai impor suas vontades aos grupos dominantes. Na Inglaterra do século XVII, as práticas religiosas eram tão importantes quanto as práticas políticas formais, como forma de transformar a sociedade e a organização do Estado.



Saiba mais

Para compreender melhor os grupos socioculturais e as relações de força durante a Revolução Inglesa de 1640, leia o livro: HILL, Christopher. **O mundo de ponta cabeça: idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

A respeito das diferentes formas (instâncias) de luta política e da formação da classe operária inglesa, ver: THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3 v.



Atividades

1) Assista ao filme O libertino – que conta a história de John Wilmot, conhecido como Conde de Rochester, poeta boêmio do século XVII que ficou famoso por suas obras satíricas – e faça uma análise crítica a respeito do comportamento dos personagens. Tente estabelecer uma relação entre eles e os grupos socioculturais descritos no texto.

2) Pesquise em jornais e revistas atuais práticas informais de ação política, e tente caracterizar o grupo sociocultural que as exerce.

